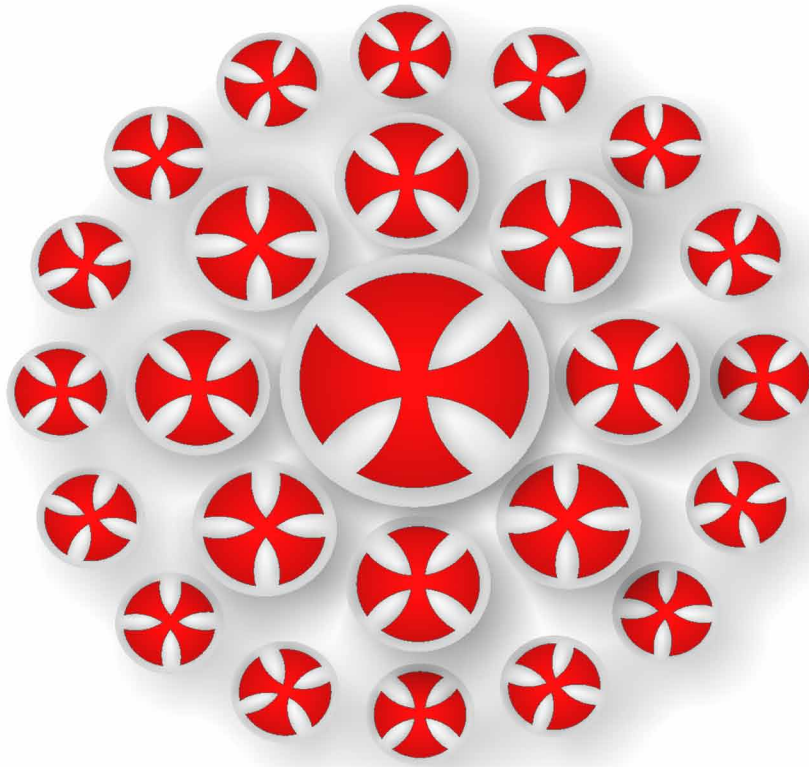


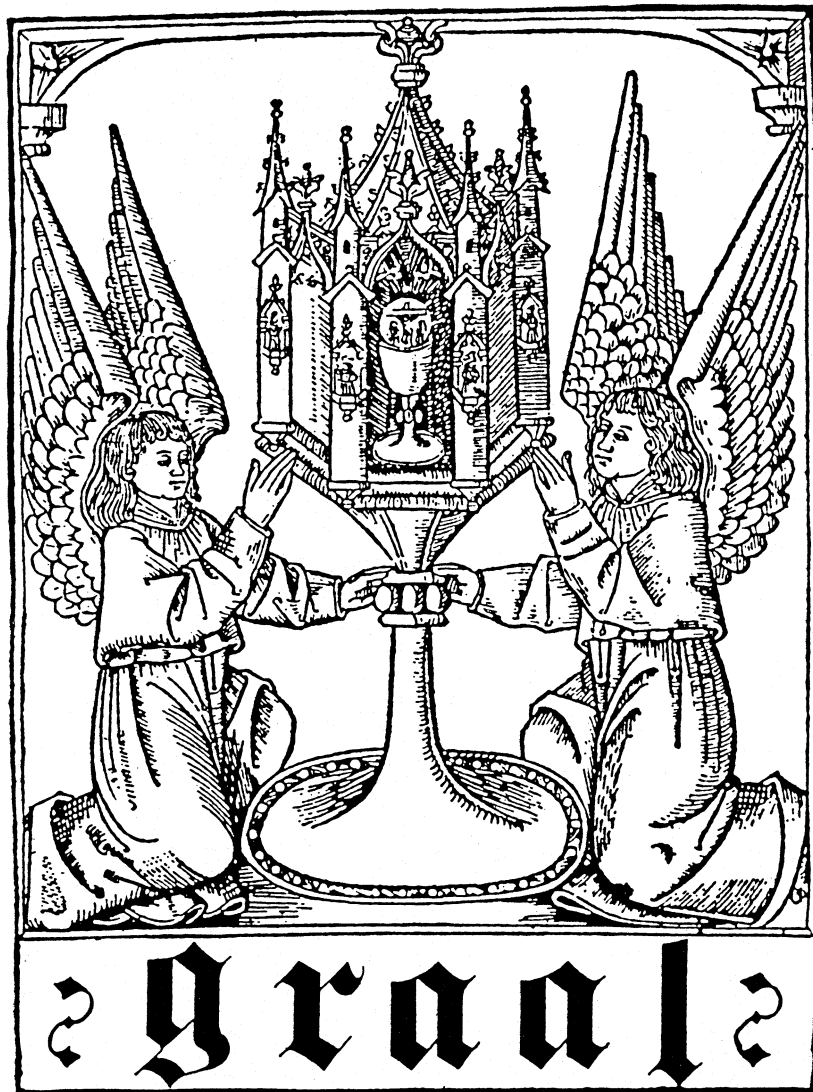
Comunidade Portuguesa de Eubiose

OS TEMPLÁRIOS E A SINARQUIA



Olímpio Gonçalves

~ g r a a l ~



OS TEMPLÁRIOS E A SINARQUIA

COMUNIDADE PORTUGUESA DE EUBIOSE

Revista Graal - Número especial

Autorizada a reprodução parcial desde que citada a origem

Olímpio Neves Gonçalves

OS TEMPLÁRIOS E A SINARQUIA

Adaptado da palestra proferida
na Comunidade Portuguesa de Eubiose
em Sintra, no dia 7 de Maio de 2005



ÍNDICE

1 - INTRÓITO	7
2 - A ORDEM DO TEMPLO	7
3 - CONTACTOS COM O MÉDIO ORIENTE	9
4 - AS HERESIAS EUROPEIAS	11
5 - A SINARQUIA	13
6 - O NÓ GÓRDIO E A DISSOLUÇÃO DA ORDEM	17
NOTAS	25
BIBLIOGRAFIA	26

1 - INTRÓITO

Aqueles que contribuíram para a aniquilação da Ordem do Templo, que confiscaram os seus bens, destruíram a sua honra, atearam as fogueiras para assassinar os seus líderes, da forma mais cruel e tenebrosa, mal poderiam supor que a memória dos pobres Cavaleiros de Cristo persistiria nos séculos vindouros como uma lenda viva, alcançando uma magnitude e fama tão grandes de que, provavelmente, jamais os próprios Templários se teriam atrevido a suspeitar, na época do seu apogeu.

A história urdida em torno dos Cavaleiros de Cristo converteu-se, no decurso dos tempos, num modelo paradigmático de investigação académica e de incursões mais ou menos heterodoxas de algumas confrarias, ditas, discretas. O que é lendário e o que é veraz nas centenas de obras publicadas até hoje acerca dos Templários? Porque o leque de proposições é vasto e múltiplas as suas motivações, seriam os Templários os detentores das doutrinas gnósticas do paganismo e os transmissores dos ritos mágicos ancestrais? Terão sido os percussores do Romantismo e a génese de tantas Ordens cavaleirescas, e até de Obediências maçónicas? Terão constituído o látigo do obscurantismo do séc. XIX e mesmo os inspiradores da Revolução Francesa? Poderemos, acaso, revernos em indícios que, aqui e ali, afloram para validar o trabalho presente?

Afinal, o que herdámos essencialmente dos Templários? Para nós, um Ideal político-filosófico sustentado por uma “massenia” intemporal, europeia e transeuropeia, de que a própria Ordem do Templo foi expressão dinâmica e objectiva, uma “massenia” que sempre existiu ocultamente, antes e depois da Milícia Templária, a Tradição Primordial, desvelada sob múltiplos disfarces e faces, mas sempre uma por detrás das suas mutações, face à mentalidade dos homens e ao circunstancialismo das conjunturas históricas. Sim, uma “massenia” que sempre intentou ocultamente converter a sociedade humana, mediante a instauração de um modelo ideal governativo da polis, um modelo fundado no paradigma das Leis da Natureza e nos Princípios que presidem analogicamente ao imutável esquema planetário.

2 - A ORDEM DO TEMPLO

É consabido que os Templários surgiram após a Primeira Cruzada em Jerusalém e tiveram como humilde origem um punhado de soldados piedosos que se constituiu como Ordem dos Cavaleiros do Templo de Salomão, no decurso do segundo decénio do séc. XII.

A primitiva Ordem dos Cavaleiros do Templo tinha como líder esse misterioso Hugues de Payen, um nobre de Champagne, e regia-se pela Regra de Santo Agostinho, recebendo ajuda e guia dos Cónegos da Igreja do Santo Sepulcro, em Jerusalém. Durante este primeiro período, apesar dos votos de pobreza, de castidade e de obediência, eram, no entanto, laicos. Atentemos nesta laicidade primitiva, porque explicará muitas das características ulteriores da Ordem do Templo.

Que se terá passado de importante na vida desse punhado de Cavaleiros no seu contacto com o Médio Oriente, inclusive, com os regrantes do Santo Sepulcro? Que haverá induzido Hugues de Payen, em 1127, a viajar pela Síria e pela Europa, no intuito de receber apoios e colher fundos?

A defesa dos penitentes que peregrinavam pelos lugares santos, como o Santo Sepulcro, não parece justificar de forma convincente o desenvolvimento posterior dos Cavaleiros de Cristo como poderosa e complexa estrutura corporativa, a que se agregaram nobres de nomeada, tais como Godofredo Bisol, Saint Agnan, Gondemar, Pagam de Montidier, Rossal e André de Montbernard.

É deveras significativo que o próprio Patriarca de Jerusalém os incite à criação da Ordem e deles receba, em 1118, o primeiro juramento, assim como o asilo que lhes foi concedido pelo Rei de Jerusalém, Balduíno II, em 1131, no seu palácio, situado, aliás, no antigo local do Templo de Salomão, contíguo à Mesquita de El Aksa.

Diz-se que é deste facto que decorre o designativo que lhes foi atribuído, de “Templarii”, os Templários. Todavia, esta explicação pode pecar por demasiado simplista, pois pode referir-se tanto ao Templo de Salomão como ao Templo Místico, o da Nova Jerusalém. Curiosamente, quando os Templários se sediaram em França, atribuíram à Casa do Templo, chefatura não só de França, mas de toda a Ordem, em 1140, o título de “Cidade Nova do Templo”.

Só a partir de 1126 os Pobres Cavaleiros de Cristo saem da obscuridade e fazem conhecer a sua actividade no Ocidente, através da iniciativa encabeçada por Hugues de Payen. E a acção diplomática é tão bem sucedida que, em 1128, celebra-se o Concílio de Troyes, com a assistência de vários bispos e abades franceses e borgonheses, a presença do grande aliado de Hugues, São Bernardo de Claraval, e mesmo de um legado pontifício, devido ao empenhamento pessoal do Abade de Cister.

Surpreendentemente, os Pobres Cavaleiros do Templo não só vêm reconhecida, neste Concílio, a sua existência pelo onnipotente papado, mas, poucos anos após, a adesão veemente e quase universal da Europa Católica. O influente Abade de Cister terá redigido pessoalmente a Nova Regra Templária, sob a influência da austera Ordem Cisterciense e, a partir daí, serão aceites pela Igreja como um organismo corporativo de soldados religiosos, governados pelo Direito canónico. Situação deveras paradoxal e, até, anacrónica, para a mentalidade reinante esta miscigenação, não fora a nossa suspeita de que Bernardo sonhava com a instauração de uma nova ordem teocrática, tendo como cúpula o Papado, e que este conceito de uma Ordem, a um tempo religiosa e militar, encaixava com perfeição no seu projecto peculiar e revolucionário.

Justifica-se, pois, o entusiasmo com que São Bernardo apoia e aplaude o surto da Ordem do Templo a partir de 1129, quando no “De Laude Novae Militiæ” os designa por “Militia Dei”, Milícia de Deus, e escreve: “uma nova cavalaria apareceu sobre a terra da Encarnação. E nova, afirmo eu, e não ainda provada no mundo, onde se trava o combate, tanto contra os adversários de sangue e de carne, como contra o Espírito do Mal...”.

A Ordem do Templo nasce, assim, sob um duplo signo: religioso (de religare, ligar ao Céu) e guerreiro. Estranho! Mas não devemos ignorar que São Bernardo era amigo de Mead O'Morgain, muito divulgado, hoje, como São Malaquias, o famoso autor da profecia dos Papas e, por via dessa amizade, depositário provável de alguns mistérios da Tradição druídica...

Não foi São Bernardo quem afirmou que “se aprende mais na floresta que nos livros?”...

3 - CONTACTOS COM O MÉDIO ORIENTE

Segundo Michelet, na sua obra “la Tradition de la Chevalerie”, “o nome da Ordem do Templo não era sagrado unicamente para os cristãos. Se exprimia, para estes, o Santo Sepulcro, aos olhos dos judeus e muçulmanos representava o Templo de Salomão. A visão do Templo, mais alta e mais geral que a própria Igreja, planava acima de toda a religiosidade”. Se estas palavras reforçam a ideia expressa atrás, do Templo Ideal ou Místico, traz-nos à colação a problemática do relacionamento dos Templários com o pensamento religioso do Médio Oriente, sobretudo, com o pendor esotérico das corporações secretas aí constituídas.

As Cruzadas iniciais no Oriente, que culminaram em 1229 com Inocêncio IV, resultaram da expressão política do imperialismo papal. Mas a possessão visionária de Jerusalém visaria um projecto bem mais audacioso da Igreja, premeditado, ainda que não explícito: a ligação abrangente da Europa com a Ásia próxima, através de um verdadeiro Soberano Pontífice Hegemónico. Etimologicamente, o próprio termo o significa: “pontífice”, o que faz, o que estabelece a ponte... Neste contexto, o projecto dos Templários prosseguia os anseios secretos do papado, a unificação das Tradições oriental e ocidental, detentoras, cada uma, de parte da Tradição Universal.

Pierre Ponsoye, na sua obra “L'Islam et le Graal”, defende a existência destas relações, hoje evidentes para a maioria dos investigadores templaristas: sabe-se hoje (diz) que o Cristianismo e o Islão, na Idade Média, não se defrontavam apenas e que, afrontando-se, não se combateram somente. Índícios seguros e concordantes atestam que houve, entre as elites responsáveis, não só trocas de superfície ou de reencontro, mas uma conjunção espiritual verdadeira, onde a intelectualidade islâmica jogou, durante séculos, o papel inspirador e guia.

Por surpreendente que possa parecer *a priori* esta conjunção, que não devemos confundir com um sincretismo vulgar, não se diferencia, para dizer a verdade, nem é distinta da que unia já o esoterismo islâmico e o esoterismo judaico, fundados na Torah e na Kabbalah. E não é senão a manifestação normal, ainda que necessariamente oculta, da unidade que subjaz, metafísica e escatologicamente, a todas as revelações autênticas, e de forma mais notória no Judaísmo, no Cristianismo e no Islão, herdeiros comuns da grande Tradição abraâmica.

A Ordem do Templo (criada entre a Primeira e a Segunda Cruzadas) organiza-se meio século após a dos Assassins ou Assassis. Seriam os Assassis os Templários do Islão? Seus castelos inexpugnáveis, suas práticas esotéricas, o secretismo das duas

corporações constituem elementos comuns e intrigantes analogias com a Ordem do Templo.

Tal como os Templários, os filhos de Hassan al-Sabah, o primeiro Grão-Mestre da Ordem muçulmana dos Cavaleiros Ismaelitas, foram os Guardiães da Terra Santa. No regimento das duas Ordens tudo é idêntico:

- Os Templários usam túnica branca com cruz vermelha; os Assassis túnica alva com turbante vermelho;
- Cada Ordem detém uma dupla hierarquia: uma pública, e outra, esotérica, a que só os Grão-Mestres têm acesso;
- No plano esotérico dos Templários, ao Grão-Mestre, aos Grão-Priores e aos Priores, correspondem respectivamente, o Sheik al-Djabal, os Dailkebir e os Daís;
- A nível exotérico, os Cavaleiros, Escudeiros e Irmãos Templários equivaliam aos Kefik, aos Fedavi e aos Lassik;
- Os Assassis do séc. XI têm como seu Grão-Mestre o Sheik al-Djabal, o famoso “Velho da Montanha” ou “Senhor Montis”, expressão que nos recorda o que Ariosto utiliza na Cristandade: a de “Senhor Papa”.

Dados os considerandos, concluiremos que, quer na Ordem do Templo, quer na dos Ismaelitas, existia uma hierarquia oculta de mestres que detinham os tesouros místéricos comuns à “massenia” das corporações tradicionais. Sabemos hoje que, entre os Assassis, sete Mestres eram conhecidos e outros sete se conservavam encobertos.

Seria um erro, a nosso ver, interpretar estas e outras analogias de duas Ordens coetâneas como simples seguidismo ou sincretismo vulgar. Ambas entranhavam suas raízes num mesmo húmus original, a Tradição da Sabedoria, única e perene, que se apresenta ao mundo sob diferentes faces e opera como uma energia branca e pura que se decompõe em raios multicolores, através do prisma da manifestação.

Analisemos, de passagem, os vocábulos “Kabbalah” e “Falsapah”. Em letras adâmicas, o número 22 escreve-se “Ka-ba” (donde “Kaaba”, naturalmente). Anexando a letra “La” (que significa Poder) obtém-se o Poder dos 22, ou seja: a “Kabbalah”, termo que, na sua etimologia exacta, significa Tradição. Será casualidade que os Grão-Mestres do Templo totalizassem vinte e dois?

“Falsapah”, termo árabe, equivale ao nosso “Filosofia”, mas refere-se também à cadeia tradicional que se transmite entre os povos semitas. É a Tradição. Purgstall afirma, corajosamente, que o carácter essencial, comum aos Assassis e aos Templários, é que ambos instituíram uma Ordem que pretendia levar a cabo a interpretação política das suas doutrinas. E, quanto a nós, está dentro da razão. Simplesmente, devemos explicitar o que entendemos por “política” templária.

Enquanto que para São Bernardo o projecto templário visaria a constituição de uma grelha de Estados em que o Papa se consagraria como Monarca Supremo, tanto ao jeito de uma Ordem Teocrática Universal, para os Templários, “política” corresponderia, como para todos os colégios depositários da Sabedoria Antiga, à nobre arte da governação da polis. Os Templários conheciam, seguramente, na sua essência, as virtualidades do sistema sinárquico. Os Grão-Mestres da Ordem teriam

em mente a realização de um plano, de há muito preestabelecido pela Hierarquia Oculta, que culminaria na organização federada e na internacionalização de todas as cidades santas europeias e médio-orientais. Uma finalidade grandiosa que subentendia a criação de um espaço político em que judeus, cristãos e muçulmanos, enfim, o mundo então conhecido, se congregasse em espírito de concórdia, de paz, de progresso e tolerância, sob a égide harmónica duma estrutura sinárquica.

4 - DAS HERESIAS EUROPEIAS

Se a componente do Médio Oriente comporta factores fundamentais em qualquer exegese relativa ao horizonte temporal e ideológico dos Templários, não podemos ignorar algumas das correntes heréticas que floresceram e emergiram na Europa medieval, na medida em que contribuíram para a mundividência peculiar, ideológica e política, dos círculos internos da corporação da Ordem. Um diagnóstico destes movimentos, que, a nosso ver, promanaram da Fonte Primordial, revelar-nos-á que os Templários, executores visíveis de um projecto que os ultrapassava, constituíam uma ponte, bem mais iconoclástica e herética, que se entrosava em linha directa nessa Igreja Invisível prevalecte na heterodoxia da Tradição Joanita.

Ligados por uma transmissão ininterrupta ocidental, remontam, sem dúvida, a Manes, o profeta fundador do Maniqueísmo. A partir de Manes, no séc. III d.C., os elos da cadeia culminam no projecto dos Templários, numa trajectória que se torna patente na conotação íntima entre Bogomilos, Cátaros, e mesmo, os Joaquimitas. Manes, era um “Hallé Hewari”, que significa “um vestido de branco”, e se apresentava como um sucessor de Zoroastro, de Buda, de Jesus. Manes proclamava-se, mesmo, como um “apóstolo de Jesus Cristo”. Não obstante os acérrimos ataques de Santo Agostinho e das paixões explosivas da dogmática eclesial, Santo Efrem e outros próceres da patrística consideraram-no, com benevolência, apenas como um cristão heterodoxo.

Eugéne Aroux defende a ocorrência de uma vasta conspiração maniqueia, inspirada por Manes, na Idade Média, de que os principais agentes se recrutaram da classe cavaleiresca e em que as Cortes de Amor velavam as reuniões desta actividade secreta. Tornou-se, suficientemente visível que os Cavaleiros do Santo Graal, a “Massenie du Saint Graal”, terão sido os transmissores da doutrina maniqueísta, poderosa e absconsa corrente gnóstico-maniqueo, paralela ao magistério católico oficial, que incluía, sobretudo, Cátaros e Templários.

Nesta vasta conspiração e aliança implícita dos grupos maniqueus, os Templários faziam causa comum com os Albigenses, para além de outros heréticos, como os Homens Pobres de Sião, os Bogomilos búlgaros, os Begardos, etc., os quais manteriam activas e secretas conexões numa causa que consideravam comum e a que os Templários dariam nascimento e corpo.

O Catarismo terá suas mais directas origens no Bogomilismo, a que nos referimos, movimento de carácter maniqueísta que assumiu, a partir do séc. X, na Bulgária, o confronto revolucionário contra os Boiardos, os grandes latifundiários feudais

mancomunados com os poderosos dignitários da Igreja. Ora, o Catarismo pautou-se por uma hostilidade firme, quer aos barões do Feudalismo, considerados, salvo raras exceções, cúmplices do Mal, quer à hierarquia da Igreja.

Os aspectos doutrinários do Catarismo afastam-se liminarmente dos do Catolicismo. Mais que uma mera heresia ou desacordo com certos segmentos conceptuais teológicos, resultam de uma concepção do Cristianismo e do mundo que se filia na vivência primitiva evangélica do Amor, revelada nos Evangelhos Apócrifos, sobretudo no “Evangelho do Amor”, atribuído a João Evangelista, que fazia gala da humildade, da pobreza e da pureza (recordemos que os Cátaros se auto-proclamavam como os “Puros”), atributos que contrastavam com a luxuriosa ostentação dos ministros que exerciam o magistério na Santa Madre Igreja e que confundiam a riqueza material com a espiritual.

Ainda que não se possa provar historicamente quaisquer ligações entre os Cavaleiros do Templo e o Catarismo, sabe-se que, no auge da Cruzada contra os Cátaros, os Templários ajudaram os nobres Cavaleiros da Occitânia que protegiam a “Igreja do Amor” e os “Puros” na defesa activa face às Cruzadas. Não obstante a sua apregoada função de defesa da cristandade no mundo conhecido, evitaram intervir no trágico episódio protagonizado pelo povo do país de Oc e sua Igreja.

Mas, mais significativo é o facto de, não só fornecerem guarida a muitos fugitivos, como – o que nos deixaria perplexos – permitiram o seu sepultamento em terra consagrada.

A extinção dos Cátaros à mão do poder crescente da Inquisição constituiu um trágico augúrio para os Templários. Uns e outros foram vítimas de dois monstruosos genocídios cometidos em nome de Deus. E muitos dos seus dignitários culminaram num final comum, a morte nas chamas da fogueira. O patrono dos Cátaros foi João Evangelista. O dos Templários, diz-se, João Baptista. Mas certos anais confirmam que se tratou dum orago para o mundo profano, que velava, na verdade, João Evangelista.

Das várias heresias que terão concorrido para a formação doutrinal dos Templários, susceptíveis de nos indiciarem algo relativo à sua concepção duma Sinarquia Universal, conta-se a celebrada doutrina joaquinita, de Joaquim de Flora, um eremita da Calábria que, em pleno séc. XII, propagou a proclamada tese teológica das Três Idades, a qual, a despeito do seu contexto heterodoxo, nem por isso deixou de exercer forte influência nas hostes da Igreja. Convencido de lhe ter sido revelada a chave de interpretação das Escrituras Sagradas, Flora aplica-se na prognose dos textos bíblicos e na predicação do sentido profético do futuro da humanidade.

Flora divide historicamente o devir da humanidade em Três Idades. Uma Primeira Idade, a Idade do Pai ou da Lei, caracterizada pelo temor e servidão, presidiu a uma Segunda Idade, a da actualidade, a do Filho ou do Evangelho, elencada na Fé e submissão filial. A Terceira Idade, segundo Flora, confirmará o Amor, a Alegria e a Liberdade no coração de todos os homens. Será a Idade do Espírito, a qual, relativamente às predecessoras, virá como o esplendor do dia comparado à luz das estrelas e da aurora ou como o pino do Verão comparado ao Inverno e à

Primavera. A Idade do Espírito haverá de ser, afirma, o “Sabbath” ou tempo de descanso da humanidade.

A doutrina joaquimita, condenada como herética pela ortodoxia, conheceu enorme difusão, não só entre as fileiras eclesiais, mas heterodoxas e dos pensadores leigos, contribuindo para um amplo espectro de vaticínios escatológicos nos séculos subsequentes e para uma visão paracletica do Quinto Império, presente, p. ex., entre nós, na eloquência do admirável pregador António Vieira e, até, nos postulados quinto-imperialistas do genial poeta Fernando Pessoa.

5 - A SINARQUIA

No plano das convergências analógicas, não é difícil descortinar que a Primeira Idade corresponde ao ciclo de Carneiro e que a Segunda e Terceira Idades se identificam, respectivamente, com as rondas zodiacais de Peixes e de Aquário. Quando Flora se refere à Segunda Idade, a da Fé e da submissão filial, designando-a como a do Filho, subentende-se, a de Jesus Cristo.

A exegese, pretensamente diacrónica, de Flora, inscreve-se, aliás, na abundante literatura disseminada na Idade Média e gerações ulteriores, alusivas a uma Idade de Ouro vaticinada por muitos profetas e sibilas, com início no presente milénio, um Reino Espiritual de Paz e de Harmonia, que vem a reflectir-se, na tradição lusa, no ideal do Quinto Império.

Os ecos do que poderá instituir este proclamado Reino do Espírito têm resistido à mutabilidade dos tempos e civilizações, estão presentes nos relatos pré-históricos, na Grécia clássica e na contemporaneidade das vozes de alguns raros homens, autores eméritos de um punhado de obras incluídas no título genérico de “Utopias”. Ainda que distanciados espacial e cronologicamente, seus escritos fornecem-nos muitas linhas mestras e atributos estruturais, capazes de configurar uma instituição sinárquica. E o facto de que um mesmo rasto essencial percorre e domina todas estas utopias visionárias constituirá a prova mais concludente de que, para além de eventuais coincidências, seus livros se socorreram duma mesma Tradição comum, a perene Tradição Sinárquica.

Platão na “República”, Dante na “De Monarquia”, Campanella na “Cidade do Sol”, Tomas Moro na sua “Utopia”, Bacon na “Nova Atlântida”, Milton no “Paraíso Perdido” ou Bulwer Lytton no seu perturbante livro “A Raça Futura”, todos eles, só para citar alguns, nos legaram numa continuidade proteica como que um vislumbre dessa cosmocracia ideal, alimentada pelo sopro do Espírito e sedimentada na estrutura orgânica da Vida.

O termo “Sinarquia” deriva directamente do grego “Synarchia”, que significa “magistratura colectiva”, “Poder repartido”. Etimologicamente, compõe-se do radical “Sy’n”, um elemento de composição que traduz a ideia de “conjunto”, “juntamente”, isto é, “junto com”, e “arkhê”, que designa o “princípio das coisas”, sua “essência”. Da denotação do termo Sinarquia com o conceito “Com Princípios”, aplicado à Sinarquia como Sistema Político, resulta a noção de “Governação com Princípios”. Neste sentido, a Sinarquia opõe-se, é antónima da Anarquia, uma “Governação carente de Princípios”. Os “Princípios” sinárquicos

fundam-se no corpo científico das estruturas biológicas da evolução. Estas estruturas coincidem com os Princípios da Sinarquia. Deste modo, a ordem social orgânica da Sinarquia nega a desordem sistemática dos regimes arbitrários e fragmentários, anárquicos por definição, em boa verdade, todos os regimes políticos vigentes à face da terra.

Disse Protágoras, o retórico ateniense do séc. V a. C.: “O Homem é a medida de todas as coisas”. Se definimos o indivíduo como célula padrão das coisas e a sociedade como o conjunto dos cidadãos, o Homem colectivo, este deve reflectir a constituição orgânica e ôntica de cada unidade social. A Lei que rege a célula individual deve regular a colectividade dos seres humanos. Logicamente, este ser colectivo vivo deve ser governado por um sistema que corresponda à natureza intrínseca dos cidadãos, que se manifesta de forma trinitária.

O conceito da tripartição aplica-se do mais simples ser vivo à complexidade do ser humano como um postulado geral. Trata-se de uma constatação biológica e fisiológica. Ao nível da predicação teologal, esta acepção triádica assenta na mundividência teocêntrica medieval, que imperou até ao racionalismo positivista, da existência de um Deus que, sendo uno, se manifesta como Três Pessoas distintas: Pai, Mãe e Filho ou Pai, Filho e Espírito Santo e se reflecte antropocentricamente como Espírito, Alma e Corpo.

No plano da metafísica hermética, tem sua equivalência na axiomática da “Tabula Smaragdina”, conhecida como “Tábua de Esmeralda” e atribuída a Trimegisto. É provável que os Templários houvessem dela notícia pela versão árabe de Djâbin, ou Geber, que viveu entre 770 e 800 D. C. Aí se trata da correspondência recíproca do macro e micro-cosmos, a qual podemos resumir na máxima “O que está em baixo é semelhante ao que está em cima e o que está no alto, semelhante ao que está em baixo, para produzir o milagre duma só coisa”. Mas poderíamos encontrar outras analogias, p. ex., no campo filosófico, na proposição duma harmonia pré-estabelecida leibniziana, que postula que a Ordem só pode ser explicada pela “congruência implícita do mundo no seu conjunto”.

Esta congruência, una e tripla, superior, reflecte-se diríamos, hipostaticamente, na triplicidade do Homem como Espírito, Alma e Corpo, à qual correspondem três funções orgânicas:

- Função Espiritual (Inteligência-Mente);
- Função Vital (Respiração-Emotividade);
- Função Vegetativa (Reflexo-Motora).

A primeira função que ordena o Homem prende-se com as capacidades da mente e seus atributos de raciocínio, discriminação e conhecimento. A terceira função abrange a vida animal, instintiva, do domínio do empírico. Cada função estabelece sua própria relação com a vida duma forma que lhe é específica: a Cabeça, pelo entendimento; a do Coração, mediante a actividade respiratória; a Sensibilidade, a actividade vegetativa, no metabolismo da nutrição e do movimento, mas todas numa coexistência harmónica em que, todavia, nenhuma domina hegemonicamente as demais.

Em simetria com a Lei biológica e orgânica da Vida, a Sinarquia assenta similarmemente a sua governação em Três Unidades nucleares: A Ordem do Ensino, a Ordem da Justiça e a Ordem Económica. A Ordem do Ensino integra o Conselho de Sábios (entenda-se, não só homens de Conhecimento, mas os detentores da Sageza). Esta Ordem visa os fins últimos dos homens, a Ciência, o Conhecimento, a Cultura. E porque corresponde à Mente, à Razão, configura o Conselho que detém a Autoridade. A Ordem Económica ocupa-se da produção e consumo dos bens necessários à sobrevivência, assim como ao seu regimento. Equivale à nutrição do corpo, à actividade social. É gerida pelo Conselho da Economia. Finalmente, a Ordem da Justiça, através do seu Conselho de juristas, devidamente credenciados, assegura as relações taxiológicas, isto é, as normas legislativas e políticas que regem os cidadãos.

Se à Ordem do Ensino compete o exercício da Autoridade e à Ordem da Economia, o Poder substantivo, os dois extremos dialécticos da Sinarquia, na Ordem da Justiça encontramos o termo mediador e seu planeamento mestre, o Organon ou Constituição do Estado.

Traçamos um breve e sumário transcurso pela Sinarquia a que a Tradição se refere, àquela que, pela sua dimensão histórica, podemos ter acesso, a Sinarquia Ramânica, a que prevaleceria, a nosso ver, no horizonte doutrinário e estratégico dos Templários. Ora, se o paradigma do Organon social se confunde com o indivíduo, este evolui numa constante mutação dinâmica e ontológica. O Homem primevo distancia-se, de forma abismal, do cidadão moderno e seus padrões sociais. Um Organon sinárquico deve, inequivocamente, dimanar da esfera conjuntural de cada civilização, das referências de cada grande grupo social, mas sempre contida nos limites estruturantes, fundamentais, dos seus Princípios político-filosóficos.

Nos últimos decénios, assiste-se ao surto de alguns grupos conspirativos de sinal sinárquico, interessados em instalar a confusão. A apropriação usurpadora dos conceitos sinárquicos, nada inocente, tem conduzido à corrupção do significado semântico do termo “Sinarquia”. A fim de obviar possíveis confusões, e à falta de melhor designação, em nossa Escola adjectivámo-la com o apelativo “eubiótica”, seja, “Sinarquia Eubiótica”. Em termos eubióticos, interpretamos a Sinarquia como Una em sua essência, Trina em sua expressão, Séptupla na sua acção, e acentuamos o carácter teleológico ou finalístico das Três Ordens:

- Na Ordem Material, o arquétipo da BELEZA;
- Na Ordem Emocional, o arquétipo da BONDADE;
- Na Ordem Mental, o arquétipo da VERDADE.

Urge colocar, aqui, a seguinte questão: Saberiam os Templários da existência de qualquer regime sinárquico antecedente, norteador do seu ambicioso projecto social?

A tentativa de implementação de uma *Res Publica* planetária foi sendo reiterada ao longo dos tempos, por alguns raros iluminados, infelizmente votada ao insucesso, devido ao antagonismo das poderosas “forças cesaristas”.

Os Templários colheram muita informação no Médio Oriente, no seu contacto com corporações iniciáticas, as do Assassis, dos Sufis e outras, que detinham segmentos da Tradição transmitidos por via oral e escrita. Na Occitânia conviviam, como vimos, “em regime de total tolerância, próprio do Al-Andulus muçulmanos, judeus, arianos, cristãos e cátaros”⁽¹⁾. Por outro lado, o grande inspirador e impulsionador da Obra Templária, S. Bernardo de Claraval (o que lhe deu o “claro aval”) mantinha uma sólida amizade fraternal com S. Malaquias, o “druida”, ou melhor, o irlandês Meal O’Morgain, homem profundamente mergulhado nos mistérios e vidências célticas, que acabou feito bispo por Roma e legado do Pontífice.

Os Templários conheceriam a Tradição Ramânica, o portentoso Ciclo de Ram ou Império Universal de Carneiro. As tradições zoroastrianas e o “Ramayana” primitivo contêm a memória indelével do poder e do génio deste condutor de povos, que se volve herói lendário. Ram, homem de grande saber, instruído nos escaninhos mais secretos da sabedoria druídica, desgostoso com a decadência instituída pelo colégio das druidezas na sociedade céltica, incitadas por políticos ambiciosos e druidas pusilânimes, após um tempo de reflexão sobre as calamidades públicas, confronta-se com um dilema: ou arrisca uma guerra civil ou prefere o exílio. Escolhe o exílio. Reúne os clãs que lhe são fiéis e parte do Ocidente da Europa à conquista do mundo. Ergue o Pendão de Carneiro (“Ram” significa carneiro) a que se juntam outros clãs aguerridos sob os totens do Coelho, da Águia e outros.

À medida que avança pela Europa, pela Ásia Menor e pela Ásia em geral, organiza as grandes circunscrições e países conquistados com as matrizes administrativas sinárquicas. Em primeiro lugar, descentraliza todos os Reinos. Organiza a vida comunal das províncias em unidades, as vilas (vic) e os cantões (jantu). Resolve, então, implementar os três poderes sociais, os três Conselhos, como representação no Império, da Economia, da Justiça e da Ciência.

- O Conselho Económico era constituído pela Assembleia dos Anciãos, desde as comunas até às grandes circunscrições.
- O Conselho da Justiça formava uma verdadeira Corte de Apelo, que controlava todos os delegados. Este Conselho conferia aos soberanos seus poderes como Reis de Justiça. Reis depois consagrados pelos sábios, sendo assim confirmados pela Autoridade.
- O Conselho de Ensino era constituído pelos que detinham o Conhecimento: na altura, o sacerdócio oficial, mas também, os mais altos iniciados laicos.

Ram determinou magistralmente as formas de organização social, deste modo:

- Forma republicana - Aplicada às províncias, comunas e cantões;
- Monarquia Real - Com os poderes da Justiça;
- Monarquia Imperial - Com o Governo geral do Império;
- Forma Teocrática - Controlo supremo do conjunto pelo Soberano Pontífice.

⁽¹⁾ “Los Guardianes del Secreto”, Lorenzo Bueno

Uma análise suficientemente exaustiva da estrutura deste Império conduz-nos aos dois postulados fulcrais da filosofia sinárquica: a rigorosa separação dos órgãos da Autoridade e do Poder, e a neutralidade, diríamos, a independência das Três Ordens Sociais do poder político.

A Sinarquia céltica, ou ariana, de Ram, manteve-se durante 35 séculos. Desde sete mil anos até aos quatro mil anos a.C., germinaram outras sinarquias, à sua imagem e semelhança, estáveis e duradouras. Assim floresceram a chinesa, de Fo-Hi e a de Israel. Segundo Sainte-Yves d'Alveydre, não se revelaram, nestes Impérios, nem sectarismos, nem déspotas, nem revoluções, nem arbitrariedades abusivas de intolerância.

A prodigiosa epopeia de Ram foi de tal modo pletórica em sua grandeza, que ainda hoje muitas das suas metrópoles permanecem historicamente célebres como locais de culto: Nínive, Baalbek, Meca, Tebas, Mênfis, Delfos, Nîmes, Chartres, Huesca... e seu rastro idiomático mantém-se vivo em muitos nominativos e topónimos de numerosos países e latitudes, como o Irão, de I-Ram, Ramsés (da dinastia faraónica), Py-Ramide (poder paternal de Ram), os Abramidas da Caldeia, Abram de Ur e Hiram de Tiro, Rammamah (trovão egípcio), e até, o Ramadam que, para os árabes, significa, exactamente “festa de Ram⁽²⁾”.

Mas “nada nasce do nada”, “Ex nihilo nihil”. Ram, ele mesmo, denominou o seu império de “Para-desá”, “Terra Divinizada”. Instruído nas câmaras mais ocultas do druidismo céltico, Ram não ignorava, por certo, a secreta tradição da Sinarquia de Agartha, a divina Paradesha manifesta nas aflorações mitológicas e folclóricas, escritas e orais de todos os povos, de Ocidente a Oriente, desde a Asghardí dos tibetanos, à Ermedi dos mongóis, à Hemâdri (a montanha de ouro dos indús), à Aryana-Vaejo dos iranianos, à Canâa dos Hebreus. Mas, ainda, se quisermos, ao El-Dorado (a cidade dos tectos de prata cujo rei usa vestes de ouro) dos autóctones brasileiros, ou o País de Tertres (a pátria de Luz) e mesmo a deliciosa Belovedye do ciclo arturiano.

6 - O NÓ GORDIO E A DISSOLUÇÃO DA ORDEM

Assegurada a plena liberdade de acção e o beneplácito papal, através da Bula “Omne Datum Optimum”, promulgada por Inocêncio II, a, licenciando-os de toda a jurisdição episcopal e da sujeição aos Reis de cada país, reservada sua obediência exclusiva ao Papado, a Autoridade Universal aceite na época, os Templários lançam-se na formidável empresa ecuménica do desenvolvimento embrionário das Três Ordens matriciais da Sinarquia.

Sabiam que teriam de confrontar-se com uma realidade política e sociológica generalizada de cariz feudal, por vezes muito poderosa, e que, aos olhos de muitos interesses instalados, deveriam travar uma luta árdua e paciente por um ideal a todos os títulos revolucionário e fracturante.

Apesar da profusa publicação de centenas de obras dedicadas aos Cavaleiros do Templo, a noção que existe acerca da milícia é bastante vaga e redutora, quer

⁽²⁾ “La Synarchie”, J. Weiss

quanto ao seu poderio militar, quer quanto à sua expansão económica e domínio eclético dos conhecimentos que possuíam.

Através de contactos com turcos, bizantinos, árabes, arménios, egípcios, ismaelitas e mongóis, acederam às fontes filosóficas e científicas orientais e ocidentais, inclusive as clássicas greco-latinas. Confrontaram a sua gnose com a os judeus cabalistas e heréticos esoteristas. Sondaram os segredos dos cristãos coptas, que se diziam herdeiros do “Pai ou Preste João”. Enfim, um acervo colossal de conhecimentos heteróclitos fabulosos e enciclopédicos para o seu tempo.

Na Ordem Económica, promovem a circulação fiduciária e praticam a transferência de numerários, substituindo, quando necessário, a moeda metálica em circulação, por papel moeda. Criam um sistema bancário com depósitos à ordem e cheques rebatidos em todos os locais em que dispunham de agências e interpostos. Dada a sua probidade e solvência, o selo da Ordem apostado em simples pergaminho constituía um garante acima de todas as suspeitas. Introduzem a prática da conta-corrente. Concedem empréstimos, sem juros, por contrários à Lei da Igreja. Tornam-se conselheiros dos grandes senhores feudais, administrando-lhes os seus bens e mesmo os tesouros dos Reis europeus, de que é exemplo o Rei de França.

Em breve, a Milícia do Templo dispunha duma riqueza incalculável. Recebem legados da Igreja e avultadas doações de monarcas. Adquirem castelos e latifúndios. Dispondo duma vasta frota marítima, com base no porto de La Rochelle, estabelecem uma extensa rede de transacções comerciais, em que se inclui seus próprios mercados, e donde lhe advêm largos benefícios, tudo isto numa época em que a economia se restringia a uma prática incipiente e primária, agrícola e ruralista, acompanhada por uma produção de tipo artesanal.

A sua frota marítima cruza os mares conhecidos, em derrotas de cabotagem pela costa atlântica e do mediterrâneo, procedendo ao transporte de tropas, de peregrinos e mercadorias. Sabe-se, hoje, que os Templários custodiavam, em grande secretismo, um “refúgio” oculto nas Ilhas Canárias, livre de curiosidades espúrias, fora das rotas convencionais de navegação, donde terão partido para curiosas incursões pelo Atlântico.

O contacto dos Templários com outras gentes e a aportagem em portos exóticos, a aprendizagem dos sistemas de orientação utilizados pelos guias das caravanas dos desertos africanos e asiáticos, os dos pilotos que navegavam no Índico, a investigação tenaz dos conhecimentos científicos e geográficos do mundo mediterrânico e do Ocidente instiga-os à aquisição sistemática da aritmética, da álgebra, da medicina, da química, da astronomia, da cartografia, etc., etc., que conflui para futuras Ordens do Ensino e de Economia.

Mas as transacções comerciais e diplomáticas implicariam a criação de todo um dispositivo normativo de regras e regimentos na jurisprudência templária, um Direito comercial ajustado às trocas correntes, e institucional, substitutivo do incipiente Direito consuetudinário e das ordenações feudalistas. Assim se foi instituindo o cimento duma Ordem da Justiça. Contudo, como o “segredo é a alma do negócio”, passe o termo, e a fiabilidade dos investimentos teria de ser salvaguardada, assim como o leque de informações científicas, económicas,

estratégicas, incluindo as de natureza doutrinária, as quais poderiam, até, passar por heréticas, os Templários usavam, segundo Probst-Biraban e Maitrot de la Motte⁽³⁾, uma linguagem diplomática (a linguagem dos pássaros?) cabalística para a transmissão das ordens emanadas da sede social da Milícia, onde reunia o Grande Conselho, assegurando, assim, o secretismo de instruções que não deviam ser confiadas em letra corrente.

Abordámos, há pouco, a natureza dos Princípios tutelares da instituição sinárquica, desenvolvendo, em linhas muito lineares, o aspecto triádico decorrente da estrutura orgânica da Vida e aludimos a um dos outros Postulados fundamentais sinárquicos: o factor Autoridade-Poder.

Como escrevemos num outro estudo, não publicado, no cerne da estrutura sinárquica situa-se o binómio Autoridade-Poder. Toda a organização sinárquica terá de rejeitar o conceito cesarista de governo em que Autoridade e Poder se confundem e os atributos e funções do seu exercício se aglutinam no mesmo órgão governativo ou na mesma pessoa.

A Tradição confirma historicamente que um tal órgão estará votado, mais tarde ou mais cedo, ao mais irreductível fracasso.

Sob o ponto de vista da filosofia sinárquica, a Autoridade e o Poder hão-de formar um binómio dialéctico com dois pólos e áreas distintas. Aos órgãos que detêm o Conhecimento, o Saber, se lhes outorga a Autoridade; aos que executam, o Poder. A Autoridade exerce-se e pertence ao que ensina, é correlata da Sabedoria, é-lhe inerente. Ninguém assume deliberadamente a Autoridade pela força ou por arbítrio. Tal acto contraria a própria essência da Sinarquia. Com efeito, sendo a Autoridade consubstancial à Sabedoria, à Sageza, é tacitamente concedida, livremente aceite e reconhecida pelos membros constitutivos do organismo social.

O Poder corresponde aos órgãos executivos. A Ordem funda-se no Poder. A norma, as leis que regem o sistema dinâmico implicam o mandato imperativo por parte do tecido social. O Poder redige, promulga, aplica as deliberações emanadas da Autoridade, mas seu exercício deriva da força que lhe é cometida pela comunidade de cidadãos, livremente expressa por sufrágio. Numa palavra, a Ordem da Autoridade define as linhas de filosofia política; a Ordem do Poder transforma-os em leis; o corpo social, a comunidade, em factos.

Sempre que a confusão se estabelece na diarquia Autoridade-Poder, a anarquia dos sistemas arbitrários vota ao fracasso o equilíbrio e a harmonia da Sinarquia de Princípios. Assim aconteceu com o estado sinárquico chinês de Fo-Hi, o autor dos cinco livros hieroglíficos, conhecidos como “Kings”, que fundou seu Reino em 2950 a.C. Assim foi derrubada a Sinarquia de Israel e a de Ram, com o cisma de Irshou, o qual assumiu o Poder e a Autoridade pela força. E assim será votado ao insucesso o Projecto Templário, pela acção despótica de dois agentes cesaristas.

O grande problema, o nó da questão no regime sinárquico, reside na função do Soberano Pontífice, o suserano, ou, em linguagem actualizada, a do Supremo Magistrado, capaz de assegurar, pelos seus atributos, reconhecidos por direito e

⁽³⁾ in “Le Mercure de France”

universalmente, a Autoridade. Eis um dos escolhos que os Templários não puderam transpor nem adiar, face à insidiosa conspiração das forças cesaristas. Tudo indica que o Grão-Mestre Templário, Jacques de Molay, em particular, homem pragmático e lúcido, acalentasse a esperança de organizar os Estados políticos europeus e internacionalizar todas as cidades santas continentais e asiáticas sob a égide de um suserano aceite universalmente por uma sociedade de cariz cristã, em que o Pontífice incarnaria o Princípio divino, como Vigário de Cristo na Terra.

Prudentemente, a Autoridade entre os Templários era exercida por um Supremo Grão-Mestre Oculto, rodeado por um escol iniciático, desconhecido até dos nobres Cavaleiros da Milícia, e de que os Grão-Mestres conhecidos historicamente não passaram de meros rostos visíveis. Para estes, a ideia do Templo, porque mais alta e geral que a própria Igreja, planaria muito acima da religião... Porque “se a Igreja é de Cristo, o Templo é do Espírito Santo” escreve Michelet. O sonho secreto dos Templários contemplaria a Unidade divina, não dentro do contexto da ortodoxia vigente, mas no âmbito de uma visão eminentemente paraclética. Haveria que aguardar.

Entretanto, a “massenia” mística e operativa, respaldada no baluarte de um zeloso juramento de silêncio, ia procedendo à difusão, de forma cifrada e alegórica, através dos bardos celtas, dos trovadores, jograis e segreis, em especial os da Provença, agentes itinerantes da “Gaya Scientia” pelas Cortes mais notáveis da Europa e pelos cultos cenáculos da nobreza feudal, ia veiculando, repetimos, paralelamente às suas “cantigas de amigo e de amor”, expressão de um dito ideal de “Amor Cortez”, o conteúdo de uma carta que mencionava um personagem fabuloso, Preste João, um soberano cristão, cujo Reino teria servido de refúgio ao Graal, o Santo Viático, que constituía uma das pedras simbólicas de fundamento das doutrinas heréticas da gnose secreta da própria “massenia”.

Henri Martin adianta que a “Cavalaria do Graal” correspondia a um movimento ascético conhecido como os “templistas”, na medida em que comungavam do mesmo paradigma, o Templo Ideal comum. Esta carta, datada de 1177, de início, sigilosa, teve divulgação nos finais do séc. XII.

Que se saiba, jamais os Templários teceram quaisquer comentários ou fizeram alguma recensão à notícia deste Monarca que se intitulava “Rei todo-poderoso sobre todos os reis do mundo”. Apócrifa, ou não, a verdade é que a “massenia” procurava influenciar psicologicamente o imaginário medieval, tornando-o receptivo ao surgimento de um Sumo-Pontífice providencial. Obviamente, para nós, esta notícia não se espalhava ao arrepio da estratégia templarista. A existência, mesmo virtual, de um proclamado Soberano Pontífice, precedido de tais atributos, poderia colmatar a degradação crescente dos Vigários de Roma e do cesarismo gaulês, mormente se investido de Autoridade divina, um Rei acima de todos os Reis e detentor do Graal.

Permiti que abra um parêntesis, para destacar algumas coincidências significativas: o número de vassalos directos do Preste João concorda com o número de artigos da Regra da Milícia, 72, salvaguardando, embora, que estes artigos jamais foram

conhecidos de forma cabal. O Monarca tinha como assessores quatro dignitários, os mesmos que os adictos do Grão-Mestre da Ordem.

Podemos resumir como o imaginário colectivo da segunda metade do séc. XII via na Europa, o perfil idealizado do fabuloso Rei, o qual, no fundo, traduzia suas íntimas aspirações:

“A face cheia de nobreza, de porte majestoso, montado sobre um Cavalo Branco, a cabeça ornada com uma coroa cintilante, recamada de pedrarias preciosas, revestido de seda púrpura, ostentando na mão um Ceptro de Esmeralda...

Um Rei oriundo de um país misterioso, Rei e Sacerdote, mais poderoso que Salomão, reinando num Reino imenso, recheado de riquezas fabulosas...”

Duas ordens de razões convergiram para a queda da Milícia de Cristo, ambas de carácter cesarista: o cesarismo de Filipe, o Belo, e o cesarismo papal. O Papa havia lançado a Bula “Ausculda Fili” contra o Rei de França, exigindo a presença dos seus bispos em Roma e reclamando a sua defesa, por delegação, em caso de ausência pessoal. O Pontífice Bonifácio VIII sentia-se inquieto com a crescente autonomia canónica da França. Pretendia exercer um controlo exaustivo sobre os bispos gauleses, reformar o país, corrigir o Rei e garantir um governo submisso a Roma. Nos últimos tempos de seu pontificado ocorreu uma luta encarniçada tendo como protagonistas Bonifácio VIII e Filipe o Belo. A animosidade, intensa, advinha de um grande número de antigas disputas entre a Igreja e alguns Estados medievais. Não percamos de vista que os Papas dispunham, então, dum enorme poder material, corroborado por uma autoridade eclesial apoiados em poderosos instrumentos de intervenção, entre os quais o da excomunhão, terrível, quase mortal.

Mas, Bonifácio dispunha, em todos os reinos cristãos, de uma guarda imperial temível e rica, a dos nobres Cavaleiros da Ordem do Templo, reforçada pela Ordem Teutónica, não contando com a acção apostólica dos seus bispos, arcebispos e de uma legião incontável de clérigos.

Perante a exigência autocrática de Bonifácio, que indiciava uma humilhação sem limites aos olhos dos seus próprios súbditos, Filipe decide convocar os Estados Gerais e expor-lhes as pretensões abusivas do Papa. Os Estados Gerais apoiam o seu Rei, sem reservas. Estavam criadas as condições de subversão contra o Papado e, infelizmente, as de desconfiança generalizada relativa à Ordem do Templo, vista como conivente com as intenções de Bonifácio.

Filipe, um frio calculista, congemma a queda de Bonifácio VIII e a destruição do poderio Templário. A animosidade rancorosa advinha de um conjunto de circunstâncias:

- A sua solicitação de ingresso na Milícia do Templo, a título honorário, e já concedida a outros soberanos, foi-lhe recusada. Os Cavaleiros terão desconfiado de que, nas intenções inconfessadas de Filipe, haveria a esperança de ocupar, um dia, a Grão-Maestrado, reduzindo-o à Coroa.

- O seu ressentimento pelo facto de os Templários terem relutado no resgate do seu avô, São Luís, durante as Cruzadas.
- Crivado de dívidas e grande devedor da banca templária, sentia-se incapaz de ombrear o tesouro real com as arcas do Templo. Este, era custodiado na Casa-Mãe do Templo, em Paris, o que exacerbava o seu ressentimento.

Quanto a Bonifácio, as razões deviam-se às manifestações de exibicionismo absolutista deste Papa, para além da humilhação infligida a Filipe convocando os bispos franceses para Roma:

- O Papa arvorara, pela primeira vez, o TRI-REGNO ao cingir a Tiara, a Mitra das Três Coroas, símbolos dos Três Poderes.
- Convoca-o discricionariamente pela Bula “Ausculda Fili”.
- No dia da sua coroação, colocou às rédeas da sua montada os próprios Reis da Hungria e da Sicília.
- O mesmo Bonifácio, aquando do seu jubileu, em 1300, apresentou-se revestido das insígnias imperiais, precedido de dois gládios desembainhados.

Temos de convir, com algum assentimento, que Filipe IV, um cesarista, tenha perdido todo o respeito por um Papa que, para ele, não passava de um usurpador imperial.

Filipe inicia suas maquinações astutas contra o Papa e contra os Templários. Em 7 de Setembro de 1303, envia o seu ministro Nogaret em missão secreta a Itália. Homem fanático e impiedoso, Nogaret recruta um pequeno exército privado e cai de surpresa sobre o Papa, quando este, tranquilo, se sentia seguro no reduto dos seus próprios domínios. É verdade que Bonifácio VIII havia já perdido muito do seu ímpeto, nada tinha de edificante, física e moralmente. Peter Partner⁽⁴⁾ comenta que uma referência da época dizia que o Papa nada mais era “do que olhos e língua num corpo totalmente putrefacto”. Mas os Templários estariam bem conscientes do grande embuste personificado por uma Igreja sem escrúpulos, indigna da entronização da Autoridade na Terra.

Livre de Bonifácio, Filipe IV trama o cenário ideal para ultimar suas ambições. Assegura a aprovação romana e promove a eleição do arcebispo francês Bertrand de Got, coroando-o como Papa Clemente V, em Lyon, a 17 de 1305. Este prócere de Filipe, para alcançar a Tiara, assinou um acordo prévio com o monarca, sob seis condições juradas. A última destas cláusulas manteve-se em sigilo, mas existem alusões que indiciam que se obrigava à destruição do Templo. Bertrand submete-se às exigências de Filipe e converte-se num instrumento político da monarquia francesa. A Autoridade cede ao Poder. Como acto de gratidão o Papa nomeia 12 cardeais franceses, lídimos títeres de Filipe o Belo.

A destruição do Templo não se afigurava uma empresa nada fácil. Seu poder militar assentava em dezenas de milhares de lanças no activo, não contando com os Infantes e Cavaleiros nobres, prontos a suprir com suas próprias armas e homens a Milícia. Dividida em nove mil Comendadorias (outro número

⁽⁴⁾ in “El Asesinato de los Magos”

significativo) distribuídas por nove Províncias, uma das quais Portugal, dispunham duma riqueza imensa. Em todas as Cortes, a sua primazia representativa sobrelevava a das cabeças coroadas. Ninguém, excluindo o Papa, podia intervir ou controlá-los. Estavam isentos dos direitos de transmissão, de derrama, de dízimo, de portagens. A Comendadoria de Paris, sede da Milícia, repleta de magníficos edifícios, funcionava como uma espécie de super capital, uma Cidade-Mãe, mais própria de um Império europeu. Este Império virtual estendia-se das costas da Mancha e do Atlântico aos Pirinéus e a todo o Ocidente, da Irlanda à Grécia. Banqueiros, soldados, navegadores, políticos, construtores, administradores, sábios e diplomatas, detentores dos mistérios gnósticos, heréticos e da tradição imorredoura sinárquica abraçaram um sonho que os guiou por mais de 200 anos.

Internamente, e até onde os limites conjunturais o permitiam, procuraram conformar sua complexa estrutura segundo os ditames da Tradição. A Ordem dispunha de quatro níveis: em primeiro lugar, os Cavaleiros (fratres milites), obrigatoriamente de ascendência nobre; em segundo os Capelães (fratres capellani); depois, os Escudeiros (fratres servientes armigeri); por fim, os “servientes famuli et officii”, ou seja, os domésticos e os artesãos. No topo da hierarquia, oficiava o Mestre do Templo de Jerusalém, como Grão-Mestre.

Embora o poder do Grão-Mestre fosse soberano, não o exercia de forma absoluta. Quase sempre, suas decisões tinham força de lei, mas certas prescrições podiam cerceá-las. A investidura de um novo Irmão obrigava-o à consulta do Capítulo, que congregava os grandes Comendadores das Províncias e a cujo voto maioritário teria de se inclinar. A eleição do Grão-Mestre dependia exclusivamente dos Cavaleiros, por determinação da Bula “Omne datum optimum”, de 1163, ainda que por procedimentos complexos. O Poder do Grão-Mestre era compartilhado por quatro dignitários assessores, entre os quais, um Senescal e um Marechal.

A Autoridade, porém, sempre foi praticada a coberto do mais inviolável sigilo por um Grão-Mestre Oculto. Conspícuos investigadores e historiadores isentos admitem-no frequentemente. No seio institucional da Ordem, o Postulado doutrinário e dicotómico Autoridade-Poder foi restaurado. Desde a criação até ao seu termo, 22 (outro número significativo) Grão-Mestres administraram a Ordem dos Pobres Cavaleiros do Templo de Salomão. Treze deram a vida pelo ideal do Templo. Quantos teriam sido os Soberanos Grão-Mestres Ocultos? Provavelmente jamais o saberemos.

Conquanto triunfantes, os Templários constituíram sempre uma corporação estranha e fracturante para a mundividência dos feudos e Reinos da Idade Média europeia, suscitando estados de constrangimento e de receio que vieram a culminar na sua ruptura impiedosa pela acção de um Rei cesarista. Tal como todas as Sinarquias se corromperam face à subversão sistemática cesarista, o ideal secreto dos Cavaleiros do Templo foi derrubado pelo golpe conjugado, mortífero, dum duplo intento cesarista, o do Papado e o da Realeza. Bonifácio excede-se no exercício de um Poder discricionário, quando, como Vigário de Cristo, devia restringir-se ao múnus da sua Autoridade. Filipe, o Belo, rebelde-se contra o Pontificado e submete Inocência aos seus interesses temporais e políticos. Isto é,

apodera-se, por interposta pessoa, do atributo da Autoridade. Filipe e Bertrand de Got foram cúmplices de um dos maiores crimes registados na História.

Não houve uma “Espada de Democles” capaz de desatar o nó górdio da imbricada trama Autoridade-Poder. Passaram alguns séculos para que um rastro de esperança renascesse com alguém que, no recesso do silêncio sepulcral duma Câmara de Gizé, no Egípto, proferisse seu juramento solene: Restaurar a Sinarquia num Estado plurinacional na Europa e colocar no seu Trono um Regente legitimamente aceite como símbolo de Autoridade Universal. Napoleão cingiu a coroa dos Césares, usurpou a Autoridade, sonhando o que tinha prometido. Napoleão fracassou. Mas esta é toda uma outra história...

Olímpio Gonçalves

da Comunidade Portuguesa de Eubiose

NOTAS

CATARISMO

- Doutrina herética dualista;
- Luta entre o Bem e o Mal;
- A Criação opera-se a partir de uma matéria pré-existente, ou da própria substância dos criadores e não *ex nihilo* (a partir do nada);
- A Criação é sempre *creatio ex essentia Dei* ou *diaboli* (criação desde a essência de Deus ou do Diabo);
- Assim, há sempre uma natureza maligna e outra boa, a primeira transitória, corruptível; a segunda, eterna e incorruptível.

BOGOMILOS

- Os “Amados de Deus”, Bulgária, séc. XII;
- A sua cabeça era Basílio, perseguido por Alexis Commenos que o perseguiu para que lhe revelasse os segredos da sua heresia;
- Os Bogomilos limitavam a Sagrada Escritura aos Livros do Novo Testamento, aos Profetas e aos Salmos;
- O único sacramento que reconheciam era o Baptismo pelo Espírito, não pela água;
- Eram também dualistas: Cristo – Satanael.

MANIQUEISMO

- Doutrina dualista;
- Dum lado, o Bem e o Reino da Luz; do outro, o Mal e o reino das Trevas;
- A Luz e as Trevas coexistiam, mas nunca se misturaram, até que, devido a uma catástrofe, as Trevas invadiram a Luz. Deste conflito, nasceu o Homem: seu Espírito pertence ao Reino da Luz, mas, o seu corpo (a matéria) pertence ao Reino das Trevas.

VALDENSES (Pobres de Lyon)

- Pedro de Vaux, rico comerciante de Lyon, querendo atingir a perfeição cristã, distribuiu, em 1173 seus bens aos pobres, pretendendo realizar um ideal: peregrinar e pregar a penitência, levando uma vida de pobreza apostólica.
- Mas este estilo de vida era um desafio à hierarquia e às abadias;
- A pregação estava, aliás, proibida aos leigos, pelo Terceiro Concílio de Latrão, em 1179.

- Os Valdenses admitiam apenas os sacramentos do Baptismo, da Ceia e da penitência.
- São excomungados em 1184 pelo Papa Lúcio III.

CISMA DE IRSHOU

- Em decadência, o Império de Rama, adoptou o sistema hereditário de sucessão do “Supremo Pontífice”. Aproveitando-se disto, o filho mais novo de Ongra, o Imperador, não aceitando a subida ao Trono do primogénito, através de um acto revolucionário do Poder provocou um cisma, arrogando-se a Autoridade.

BIBLIOGRAFIA

- Ensinos Eubióticos
- «Os Cátaros», René Nelli
- «La Synarchie», Jacques Weiss
- «L’Ordre des Templiers», John Charpentier
- «El Asesinato de los Magos», Peter Partner
- «A Sinarquia», Jean Saunier
- «Órgão Monumento da Civilização Eubiótica», Carlos Lucas de Souza

Gostaria de ser membro da Comunidade Portuguesa de Eubiose?

São fins específicos da Comunidade Portuguesa de Eubiose promover o estudo, a vivência e a difusão da Eubiose tal como é postulada na Doutrina Eubiótica, pelos seguintes meios:

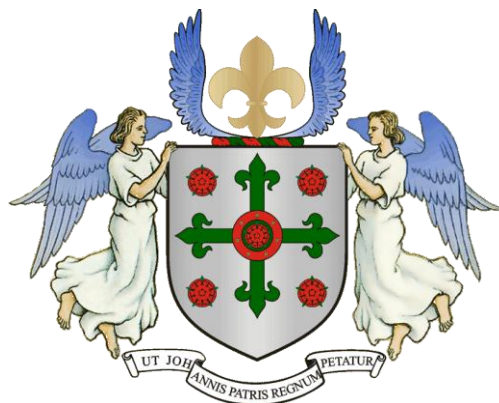
Desenvolver as tendências, atributos e virtualidades superiores, latentes no homem, de acordo com a tónica de Aquarius e a sua biorrítmica;

Consagrar objectivamente os cânones e características específicas da Nova Era cuja consecução será a Sinarquia Universal;

Contribuir para o enriquecimento dos conhecimentos da Humanidade à luz da conceituação do Novo Humanismo e Renascentismo Aquarianos.

A Comunidade é rigorosamente neutra em matéria de natureza política e religiosa, não visando fins lucrativos.

Se está em consonância com estes princípios, solicite sem qualquer compromisso o questionário de ingresso.



Comunidade Portuguesa de Eubiose

Priorado Sinárquico Eubiótico da Lusitânia

www.cpeubiose.pt

www.facebook.com/cpeubiose

cpe@cpeubiose.pt

Apartado 4175

1504-001 LISBOA